

A comissão de exilados  
argentinos: a construção de  
um espaço exterior de política  
interna entre Argentina e Chile  
em meados do século XIX

The Argentine Exiled  
Commission: the construction  
of a t space to internal politics  
between Argentina and Chile  
in the mid-nineteenth century

Affonso Celso Thomaz Pereira<sup>1</sup>

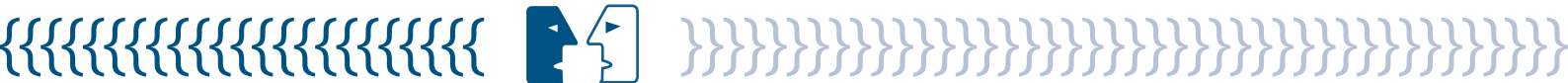


**Resumo:** Em março de 1841, formava-se em Santiago a *Comisión Argentina de Santiago*, originada dos esforços dos exilados argentinos no Chile para dar suporte às forças rebeldes do general La Madrid, na sua luta contra os exércitos de Juan Manuel de Rosas na Província de Cuyo. Em maio de 1841, a “Comisión que representa a los emigrados argentinos residentes en este país”, escrevia desde Santiago ao governador de La Rioja com o objetivo de promover uma aliança militar com outras províncias que pudesse livrar a região do controle dos aliados de Rosas, Governador de Buenos Aires. Esse é um momento importante para se pensar a conformação dos Estados Nacionais na América Latina no século XIX, especificamente, sobre a questão da territorialidade. O que pretendemos com esse artigo é, por um lado, apresentar os debates em torno da configuração política argentina que ocorriam desde o exterior mas em permanente relação com a política e agentes internos à Confederação Argentina; por outro lado, pensar os entrelaçamentos dessa emigração com a sociedade local chilena em busca de legitimidade interna e externa.

**Palavras-chave:** Argentina; Chile; Século XIX; Exílio; Território.

**Abstract:** In March 1841, the *Comisión Argentina de Santiago* was formed, originated from the efforts of Argentine exiles in Chile to support General La Madrid’s rebel forces in their struggle against Rosas’ armies in Cuyo Province. In May 1841, the “Commission representing Argentine emigrants residing in this country” wrote from Santiago to the governor of La Rioja with the aim of promoting a military alliance with other provinces that could free the region from the control of Rosas’ allies. This is an important moment to think about the conformation of National States in Latin America in the nineteenth century, specifically the issue of territoriality. What we intend with this article is, on the one hand, to present the debates about the Argentine political configuration that took place from abroad in permanent relation with internal Argentine Confederation political agents; On the other hand, to think about the intertwining of this emigration with the Chilean local society in search of internal and external legitimacy.

**Keywords:** Argentina; Chile; 19th century; Exile; Territory.



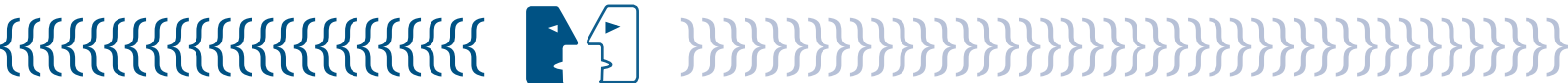
O título deste artigo pretende manter a ambiguidade. Exterior a que? Interna de onde? Ao longo do texto, será discutida a condição instável das fronteiras, sejam elas físicas, sejam intelectuais, partidárias e políticas entre a Confederação Argentina e o Chile em meados do século XIX. A política interna argentina se resolveu, em boa medida, a partir dos fluxos de pessoas (e de publicações, debates e experiências) que migraram para cidades chilenas como Santiago, Valparaíso, Copiapó ou Concepción. Assim, a fronteira refere-se ao espaço físico exterior, a partir do qual os sujeitos agem, bem como aos sujeitos que, mesmo estando incorporados ao novo território, mantêm sua exterioridade em relação à política interna. O foco deste trabalho será na centralidade da noção de exílio para a compreensão da ação da imigração argentina em espaço chileno.

Trataremos a seguir da formação de associações de argentinos no Chile em 1841, data que marca a formação da Comissão de Exilados. Essa é também a data de chegada ao Chile de Domingo Faustino Sarmiento - personagem central da política argentina da segunda metade do século e futuro presidente da república. Através da leitura de seus artigos na imprensa chilena e dos próprios documentos divulgados pela Comissão, da qual Sarmiento era um de seus porta-vozes, acederemos ao debate sobre a formação de espaços ampliados, extra-territoriais, na construção do debate político interno argentino.

Em um contexto em que as fronteiras estavam em processo de formação, o próprio conceito de exílio fica sob questão. Logo, para uma melhor compreensão iniciaremos discutindo o conceito de exílio nesse contexto específico da América do Sul; em seguida, trataremos da experiência fluida de fronteira entre Chile e Argentina na década de 1830 e das diversas formas de associacionismo surgidas; por fim, se discutirá a formação e a ação da comissão chilena e o papel central exercido por Sarmiento em seus primeiros momentos na imprensa chilena. Dada a profusão e a amplitude dos artigos de Sarmiento, ele mesmo pertencente à comissão, estes servirão de guia para nossa reflexão sobre o tema.

### **Sobre o exílio e a condição de exilado**

Em um artigo de 1843, Sarmiento afirma que “a pátria não está no lugar que nos viu nascer, senão na condição de ser o teatro em que se desenvolve a existência do homem” (apud AMANTE, 2010, p. 548). No mesmo ano, Sarmiento lança um artigo que trata de maneira objetiva a questão da nacionalidade e marca um ponto de mudança no discurso acerca do estrangeiro. Após receber a notícia da derrota da aliança de exércitos unitários<sup>2</sup>, sob o comando do Pre-

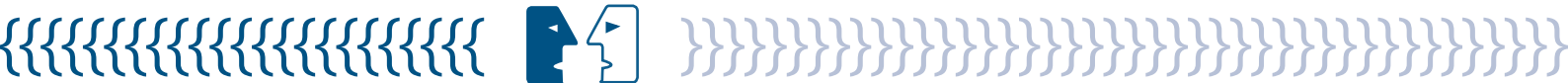


sidente uruguaio Fructuoso Rivera, para as forças leais a Rosas, na batalha de Arroyo Grande em dezembro de 1842, Sarmiento reconhece a falência das forças da civilização e liberdade contra as da barbárie e escravidão, para usar seus próprios termos.

O artigo fala da despedida de um projeto periodístico junto com outros emigrados argentinos, como Felix Frías e Vicente Fidel Lopez, *El Heraldo Argentino*, que teve uma vida curtíssima, e que pretendia alimentar o público chileno, e os exilados, com notícias sobre a região do Prata e servir de espaço para o combate à política rosista desde o Chile. Em franco contraste com seu encarceramento, seu editorial de lançamento, em dezembro de 1842, diz que “la revolución argentina no sucumbirá [...]. Perseveremos, pues, y no nos aletargue el sueño del destierro, ni nos desalienten las pasadas desgracias”<sup>3</sup> (SARMIENTO, 1898/1929a, p. 87). Apenas vinte dias depois, com as notícias dos insucessos bélicos, os editores do *Heraldo* encerram seus trabalhos, sentenciando que

[...] los argentinos residentes en Chile, proscritos de su patria, pierden desde hoy la nacionalidad que los constituía una excepción y un elemento extraño a la sociedad en que viven. [...] Que no suene más el nombre de los argentinos en la prensa chilena; que los que en nombre de aquella nacionalidad perdida ya, habían levantado la voz, guarden un silencio respetuoso [...] estas palabras bastarán a terminar las diferencias que se habían suscitado en la prensa, y dejar satisfechas muchas exigencias. [...] Ahora no hay más patria que Chile; para Chile debemos vivir solamente y en esta nueva afección deben ahogarse todas antiguas afecciones nacionales<sup>4</sup> (SARMIENTO, 1898/1929a, p. 94-95).

Sarmiento, ao negar a nacionalidade argentina e assumir a chilena parece desistir da resistência direta contra Rosas e, talvez como efeito secundário, pôr fim aos não poucos conflitos em que se envolvia na imprensa local. Por exemplo, entre dezembro e janeiro de 1842, Sarmiento envolve-se num intenso debate com o periódico *El Semanario de Santiago*, em seguida, em janeiro de 1843, Pedro Godoy<sup>5</sup>, influente político liberal chileno, havia publicado um folheto<sup>6</sup> (AL PÚBLICO..., 1843) com a recopilação de artigos na imprensa local contra Sarmiento; em 7 de fevereiro aparecia o jornal *El Desmascarado*, com objetivo exclusivo de atacar o argentino (MEGLIOLI, 2009). Ou seja, a vida dos exilados se ordenava por estas duas dimensões de conflito: o local e o pátrio; seu cálculo deveria levar em conta a recepção do ambiente político e cultural local em vista das estratégias de ação.



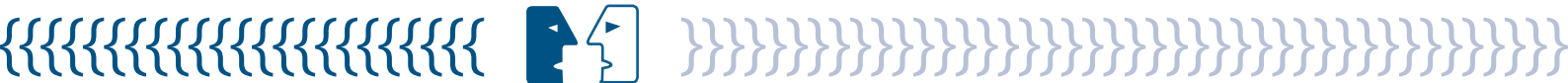
Para Mario Sznajder e Luis Roniger, em “Politics os exile in Latin America”, o exílio teria desempenhado um papel vital para a política na América Latina na primeira metade do século XIX. Segundo os autores, a prática do exílio se constituiu num mecanismo regulador da ação social, da qual os governos lançavam mão em vista da manutenção da ordem política e social: por um lado ao exilar seus opositores, por outro, ao receber estrangeiros que pudessem significar algum ganho político ou simbólico diante da opinião pública.

A recorrência do exílio passou a lançar questões importantes sobre a configuração da identidade do emigrado. De um lado, os exilados “reclamavam com frequência que eles eram os verdadeiros representantes ‘do povo’” (SZNAJDER; RONIGER, 2009, p. 5) que teria permanecido na terra natal destituído de liberdade. Também Edward Said percebe que no exílio político os indivíduos “preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado” (SAID, 2003, p. 50) e que sem essa ideologia triunfante, a situação do exílio, como ato político, seria insuportável. Por outro lado, a longevidade dos períodos de exílio, levava a um envolvimento com a sociedade anfitriã “seja para se tornar parte dela, para além do nível instrumental da vida diária [...] seja ao desenvolver compromissos e identidades híbridas” (SZNAJDER; RONIGER, 2009, p. 5).

O conceito de exílio, portanto, deve ser pensado aqui em seu sentido político, além de uma perspectiva apenas individual e territorial. Seja pelo autoexílio, pela expulsão, pela fuga ou por decisão coletiva, os casos de exílio nesse período estão intimamente ligados com os processos de formação nacional, territorial e com as disputas políticas internas.

Como pano de fundo deste tema está o debate acerca da tolerância política, da possibilidade da existência da oposição e do unanimismo. Na primeira metade do século XIX competiam duas visões acerca da esfera política institucional; de um lado, a continuidade de uma visão do Antigo Regime, em que a palavra e a vontade do monarca equivaleriam à “verdade”, que não estava sujeita a contestações. Traduzida para o período republicano, encontramos a ideia de unanimidade expressa, por exemplo, por Rosas ao exigir da Câmara de Representantes concessão de plenos poderes e a perseguição severa aos opositores unitários<sup>7</sup>. Por outro lado, emergia com o liberalismo a defesa da pluralidade e da legitimidade de posições concorrentes, o que implicava a coexistência no interior da sociedade de ideias, grupos e partidos adversários. Neste período, portanto, a presença da ideia de partidos regulares não estava pacificada.

A competição política era vista como um elemento que se contrapunha à



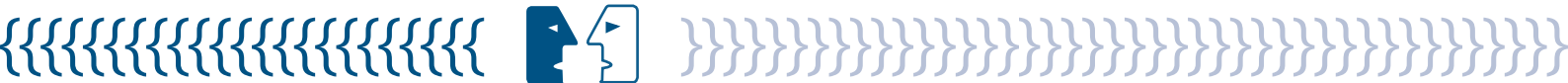
própria ideia de bem comum ou de nação, uma vez que consolidava, legitimamente, uma ‘parte’ ou ‘fração’ da sociedade que a manteria sob permanente estado de conflito e desarmonia. Segundo Elias Jose Palti, “o que nós entendemos hoje por ‘partidos’ (e que nessa época se usava chamar ‘facção’) era vista necessariamente como perversa, pois tendia a contaminar os debates com adesões fixas [...] determinadas por questões estranhas à questão particular em disputa” (PALTI, 1998, p. 53). O historiador argentino analisa o caso mexicano de meados do século, porém, desde este ponto de vista, a recorrência do exílio pode ser compreendida como um fenômeno típico do período da formação dos Estados nacionais na América Latina da primeira metade do século XIX.

Como se observa, trata-se do uso dos temas do exílio, do estrangeiro e da nacionalidade – conceito frágil nas jovens nações do início do século XIX na América Latina, e especialmente no caso da Confederação Argentina – como um instrumento discursivo para a realização de uma ação determinada em meio ao debate público. Por parte dos argentinos, como Sarmiento e a Comissão de Exilados que buscam mobilizar a opinião pública e forças políticas locais a seu favor; bem como por parte dos governos locais, que se aliavam a grupos ditos liberais de estrangeiros com a intenção de mobilizar a opinião interna.

Para o caso específico dos exilados argentinos no período de Rosas, a historiadora Adriana Amante sublinha o que para ela seria um movimento dialético em que os exilados estariam fora de sua pátria desde um ponto de vista geográfico, “mas, desde um ponto de vista político, a pátria sai de seus limites e continua ali onde a diáspora segue pensando-a e trabalhando sobre ela” (AMANTE, 2010, p. 41). Segundo a autora, os exilados sentem a necessidade de “conjurar a dispersão”, e buscam caminhos de criar uma unidade desde fora do país e manter a identidade por laços afetivos e culturais. A leitura dos artigos de Sarmiento e a própria formação da comissão fornecem um bom panorama deste movimento de criação e fortalecimento das redes de solidariedade entre os exilados (SERRANO, 1996, p. 122). Como observa Amante, o exilado, o emigrado, o desterrado não se definem apenas pela falta, mas também buscam sua afirmação positiva no mundo do trabalho no novo território que ocupam.

O conceito de exílio não deve ser tomado com naturalidade, sob o risco de se cometer um anacronismo ou de tomar como verdade a palavra do objeto. Sarmiento e toda a “província flotante” fazem parte de um conjunto mais amplo de deslocamentos humanos em espaços de fronteiras indefinidas. A questão que se coloca é se é possível falar em exílio e exilados de um Estado que ainda não estava constituído. Na década de 1840, não se podia apostar em um futuro



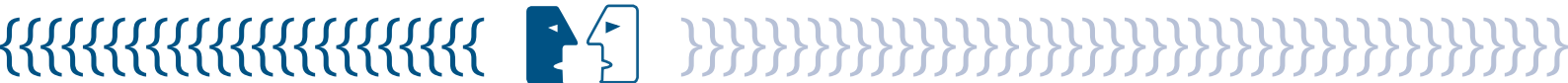


imediatos, seja pela instabilidade interna entre Buenos Aires e as províncias, quanto pelas tensões externas que envolviam as fronteiras da Região do Prata em permanente movimento entre Peru, Chile, Bolívia, Uruguai, Argentina e o sul do Brasil. Os emigrados referiam-se a si mesmos antes como pertencentes às províncias - cordobeses, mendocinos, cuyanos... – do que como argentinos (ROJAS, 1957; WASSERMAN, 1997).

Se existe justificada polêmica em torno da condição de exilado *argentino*, o Chile se configura como lugar de exílio de diferentes nacionalidades, pois, ao contrário do processo que se vivia na Região do Prata, ali havia um governo estabelecido, com instituições em funcionamento, com fronteiras relativamente claras (a definição territorial ao sul mantinha-se incerta dada as guerras com as nações indígenas da Araucania).

O sentido do exílio se transformava em função dos acontecimentos do outro lado dos Andes e do desenrolar de suas histórias nas sociedades de acolho. Assim, a formação de associações de exilados e os artigos nos jornais voltados para esta comunidade, estavam vinculados igualmente com essa dupla perspectiva, ou conexão, entre Chile e Argentina. Tomando a perspectiva presentista que a análise do cotidiano pela imprensa permite, a condição do exílio estabelecia uma relação imprevisível com as entidades e os lugares fixos no território de chegada, que permanece numa zona de indeterminação. De modo que o exílio exige um permanente trabalho de produção de sentido (de passado e de futuro), a cada momento, do ponto de vista dos sujeitos envolvidos nesse processo – Said nomeia esse processo de “consciência de dimensões simultâneas”<sup>8</sup>. O exílio no Chile para Sarmiento foi mais do que uma fuga, pois, aí estabeleceu sua sede de trabalho, de preocupações e iniciou efetivamente sua vida política e periodista, o que nos permite afirmar que estes foram, sem dúvida, os anos de maturação intelectual e quando concebeu suas principais obras.

Por fim, a dificuldade de se pensar o lugar do exilado também pode ser visto por outro ângulo, o de se vislumbrar, como consequência mesmo dessa fronteira indefinida e desse fluxo populacional, um “espaço público ampliado”<sup>9</sup> de ação dos atores políticos e intelectuais em relação a estes lugares. Desse modo, seria possível falar de um espaço público argentino entre Montevidéu, Santiago, Valparaíso e Rio de Janeiro, por exemplo, por terem sido locais de intensa presença de emigrados argentinos atuando no espaço público local. O exílio representava um tema difícil e fonte de angústia por todo o período que durou o governo de Rosas, pois, por mais acomodados que estivessem os exilados e com suas vidas profissionais e financeiras encaminhadas, jamais deixaram de



escrever e de se envolver com a Argentina, como se vê no caso das comissões de estrangeiros.

### **Exilados e a condição extraterritorial da construção da nação**

Em março de 1841, formava-se em Santiago a *Comisión Argentina de Santiago*, originada dos esforços dos exilados argentinos no Chile em dar suporte às forças rebeldes do general La Madrid, na sua luta contra os exércitos de Juan Manuel de Rosas no noroeste do país na Província de Cuyo. Em correspondência ao governador da província vizinha de La Rioja, com quem se buscava estabelecer uma aliança militar junto a outros líderes provinciais do Norte, um dos fundadores da Comissão informava que

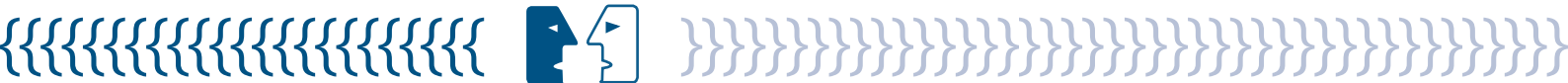
[...] los ciudadanos argentinos residentes en Santiago deseando tomar la pequeña parte que nuestra situación nos permite en la grande y gloriosa empresa de libertar a nuestra patria hemos formado una asociación y se ha nombrado una comisión con el fin de que dirija los esfuerzos todos a tan interesante fin [...]. Nuestro primer cuidado ha sido invitar a todos compatriotas nuestros que existen en la República a unirse a nuestra asociación, y ponernos en comunicación con los ilustres jefes que defienden la causa de la libertad<sup>10</sup> (COMISIÓN ARGENTINA, 1841).

Assinavam a correspondência José Gregório de las Heras, José Luis Calle, Martín Zapata, Domingo Faustino Sarmiento, Gregorio Gómez, Domingo Oro e Joaquín Godoy.

A passagem acima permite destacar elementos interessantes. No início da década de 1840, a unidade dos exilados estava em relação direta com a recente aproximação das tropas rebeldes da região de Cuyo, insurgentes contra Rosas, e com a formação de uma rede de apoio em vista da necessidade de derrotar militarmente o inimigo comum.<sup>11</sup> Como visto na passagem acima, a “grande e gloriosa empresa de libertar nossa pátria” unia os exilados em 1841 e refletia as dissensões internas entre as províncias da Confederação e a capital Buenos Aires. Os exilados na comissão disputavam a legitimidade, a hegemonia e a autoridade de falar em nome da pátria, sendo mais uma face da disputa pelo poder no território.

De outro ponto de vista, convidar os compatriotas no exílio para formar uma associação foi outra iniciativa comum em diferentes países, de onde se pode destacar a disposição ao associacionismo bastante latente entre os exilados e





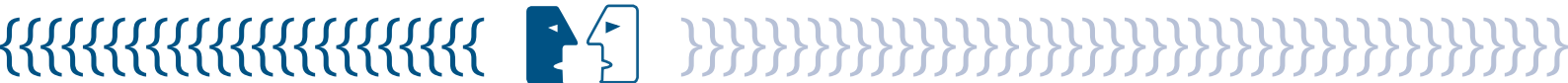
a condição material de realização dessas associações. Essa condição deve ser apreciada do ponto de vista de sua viabilidade política no país de abrigo e também da existência material de redes de circulação, internas no Chile - como a imprensa - ou a partir de outras redes mais ou menos estáveis com Bolívia, Brasil, Uruguai e Peru, que contribuíram para a circulação de correspondências, informações e pessoas. Segundo a historiadora chilena Sol Serrano, em que pese certo fatalismo de sua visão, os argentinos, desde os anos 1820, haviam aprendido este costume de “fazer política baseada nas práticas associativas geralmente facciosas e na criação da opinião pública” (SERRANO, 1996, p. 117).

Tais condições eram independentes e prévias à chegada dos exilados na década de 1840, mas foram por eles apropriadas e incrementadas tornando-se de fundamental importância para o desenvolvimento das relações políticas e culturais tais quais se deram. Por fim, é importante destacar o uso constante do nome “pátria”, que detinha grande peso para os exilados, por ser uma referência mais material, mais concreta, de território comum, apesar de remeter a um passado politicamente indeterminado, competindo com o uso do termo “nação”, que era formulado na maior parte das vezes em função do futuro, de uma unidade imaginada.

### **Arqueologia das associações de exilados: a fronteira de Cuyo**

A história do exílio argentino no Chile possui uma forte ligação histórica com a região oeste, ou, como se denominava, ocidental, da Argentina, conhecida como região de Cuyo, que abrangia as províncias de San Juan, San Luís e Cuyo. Em todo o período colonial até o ano de 1776, a região pertenceu à Capitania Geral do Chile, quando então passou para a administração do Vice-reino do Prata. Durante o período de independência, tropas cruzavam os Andes por meio da região, que serviu de caminho militar para os libertadores acessarem o Chile e o Peru. Cuyo, no entanto, seguia ligado ao Chile, especialmente devido à interação comercial com Santiago e à necessidade de exportação de seus produtos, que se fazia mais rápida e segura pelo porto de Valparaíso do que por Buenos Aires. A vinculação econômica das províncias era ressaltada em uma carta de um representante do governo de Mendoza para o governador de San Luis, em 1835, na qual se avaliava que

[...] las producciones de San Luis tienen su consumo en Mendoza y Chile, fuera de estas plazas no tienen otro mercado que los cueros que produce al año y remite a Buenos Aires: esta entrada

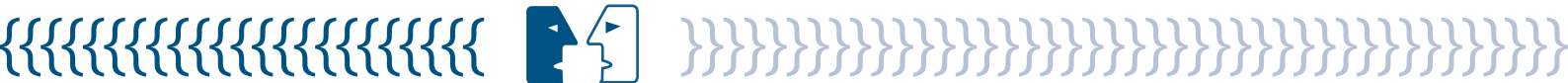


sola es muy corta. El tráfico de San Juan a Mendoza es a S. Luis utilísimo [...]. Mendoza y San Juan necesitan a S. Luis. De lo que se deduce que estos tres pueblos deben sostenerse y fomentarse recíprocamente, porque no podía existir uno sin el otro<sup>12</sup>.

Segundo o historiador Pablo Lacoste, desde o início do século XVIII, e à “diferença do modelo latifundista, rentista y primário, predominante em América Latina, Mendoza e San Juan precocemente puseram em marcha suas burguesias industriais” (LACOSTE, 2006, p. 156)<sup>13</sup>, ligadas à produção vinícola, de grãos, de alimentos e têxtil. Sem entrar no mérito do conceito de burguesia industrial, o historiador demonstra a importância das rotas comerciais, com o porto de Valparaíso para o abastecimento da região e escoamento da produção. Ao mesmo tempo, como a instabilidade política produzida durante a guerra de independência e, depois, com a guerra civil nas províncias entre federais e unitários significaram barreiras significativas para esse comércio pelo risco do transporte de cargas, forçando a burguesia local a buscar soluções para o desenvolvimento do comércio regional fora da rota para Buenos Aires.

As disputas políticas na região do Prata, entre os partidos federalista e unitário, se estenderam por toda a década de 1830 e produziram efeitos diversos em cada uma das localidades levando a uma escalada da violência no interior do país. Entre 1829 – após o assassinato do presidente federalista Dorrego – e 1835 – quando a Sala de Representantes concede a Rosas a *Suma de Poder Público* e as *facultades extraordinárias*, medidas que centralizam os poderes nas mãos do executivo –, havia algum espaço político para líderes unitários e federalistas constitucionais (não necessariamente ligados a Rosas) disputarem os governos provinciais. Não sem conflito.

As disputas político-partidárias em Mendoza, e a violência decorrente, foram narradas em um pequeno livro publicado em 1830 por José Luís Calle, unitário, secretário do governador da província José Videla Castillo, *Memoria sobre los acontecimientos más notables en la Provincia de Mendoza en 1829 y 1830* (CALLE, 1830). Ali é relatado como os conflitos entre tropas federalistas de Juan Facundo Quiroga e unitárias de José Carlos Paz afetavam a província cuyana. Um levante federalista, em 1829, com apoio de Quiroga, destituiu o governo de Videla Castillo. Em seguida, com as vitórias de Paz, o governador unitário retoma a província. Em 1830, as tropas de Quiroga, lideradas pelo caudilho federalista Felix Aldao invadem Mendoza e tomam o controle da província de Cuyo, provocando o início de um ciclo de exílios unitários para o Chile e Bolívia



(BLUMENTHAL, 2013, p. 89). Sobre o fato, Sarmiento narra em suas *Memorias*<sup>14</sup> que “la parte culta de Mendoza, con sus glorias militares, se dispersó entonces para siempre, emigrando a Chile lo más florido de la población”<sup>15</sup> (SARMIENTO, 1898/1929e, p. 42)

A guerra civil produzia como resultado não apenas o deslocamento da parte culta, mas muitos comerciantes também deixavam as províncias, pois o conflito político servia de legitimação para a desapropriação de terras e o confisco de bens contra rivais. A constante mudança de poder em Mendoza fazia com que a cada momento comerciantes e proprietários fossem taxados pela nova administração, culminando com a criação de uma *Comisión de Secuestros* por Felix Aldao, que estabeleceu que “os bens dos adversários fossem declarados propriedade do governo [...] e passaram a ser administrados pela mencionada Comissão” (LACOSTE, 2006, p. 154). Assim, ao lado das motivações partidárias, a fuga para o outro lado da Cordilheira tinha também motivações econômicas, criando um circuito no exílio que vivia à parte do envolvimento político direto. Não apenas em relação aos comerciantes e proprietários, mas também em relação aos trabalhadores, como era o caso da migração entre trabalhadores de La Rioja e as minas de Copiapó (BLUMENTHAL, 2013, p. 10).

A presença de argentinos exilados em Santiago excedia a dimensão partidária e inseria elementos de ordem comercial-econômica nas relações estabelecidas entre os emigrados e destes com as autoridades chilenas. Seria possível dizer que as relações econômicas entre Chile e Argentina possuíam um desenvolvimento paralelo, não necessariamente simétrico, com as relações políticas, pois os acordos, a migração, as redes de circulação e distribuição de produtos, a abertura e fechamento das relações comerciais oficiais, os investidores... enfim, toda sorte de fluxo econômico acabava por introduzir outra racionalidade ou outros elementos no cálculo político das autoridades chilenas e argentinas em relação à migração transandina. Ricardo Rojas lembra que os argentinos no Chile eram chamados de cuyanos, dado o grande afluxo migratório proveniente dessa região. Cuyanos eram quaisquer argentinos, do ponto de vista chileno (ROJAS, 1957, p. 297).

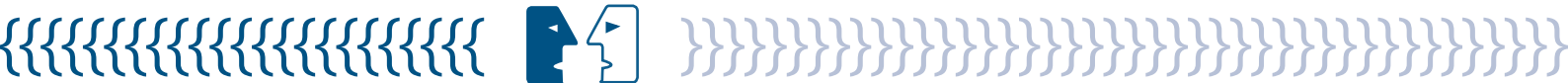
Nos primeiros anos da década de 1830, a elite cuyana, liderada por Mendoza, inicia um debate acerca da superação da crise em que se encontrava decorrente das guerras civis e do exílio e, neste sentido, as datas de 1831, 33 e 35 são relevantes para a compreensão do processo que se desenrolaria entre essas províncias e o Chile. Em 1831 concretizava-se a derrota dos unitários em Mendoza; em 1833, os emigrados assistiam no Chile a consolidação da Carta Constitu-



cional, sob o governo Joaquín Prieto-Diego Portales; em fevereiro 1835 morria Facundo Quiroga, e em abril Rosas era reconduzido ao poder da Confederação Argentina. Nesse cenário, grupos de exilados argentinos no Chile tomaram a iniciativa de buscar respaldo junto ao governo chileno para a solução das dificuldades apresentadas com a ocupação da província por lideranças rosistas. Tratava-se da realização de um projeto que conjugasse a união administrativa das províncias cuyanas, culminando com a anexação desse território ao Estado chileno.

No início de março de 1835, o mesmo José L. Calle<sup>16</sup> – que havia escrito o libreto antifederalista em Mendoza, agora residente em Santiago, proprietário do periódico *El Mercurio de Valparaíso*, e participante de uma Comissão enviada pelas províncias de San Juan e Mendoza – escreve uma carta ao ministro do interior chileno Diego Portales, em que pleiteava apoio político e diplomático para a empreitada das províncias, e propunha a negociação de anexação do território, informando que esta ideia estaria em acordo com as lideranças exiladas e comerciantes e proprietários remanescentes no território argentino. O autor procurava a todo momento convencer o ministro das vantagens econômicas, territoriais, militares e estratégicas de proceder à incorporação das províncias argentinas. A carta de Calle ganha interesse não apenas por revelar o apelo explícito da anexação territorial, mas também por apresentar uma leitura da história política recente argentina que subsidiaria as pretensões dos separatistas.

Presumo que Ud. sabrá a esta fecha los pormenores que ya se han publicado sobre la muerte del caudillo Quiroga. Con este motivo, han vuelto a revivir en la provincia de Mendoza, con más fuerza que nunca, la solicitud y deseo de llevar adelante las pretensiones que insinué a Ud. antes de ahora. Ud. sabrá sin duda que existe hoy en día en Santiago una comisión enviada por las provincias de Mendoza y San Juan, cerca del gobierno de la República, con el objetivo de recabar, si lo es posible, algunas concesiones favorables a su industria y en general a las relaciones casi extinguidas entre Chile y las provincias argentinas [...]. Los comisionados, [...] llevando no sé en virtud de qué seguridades, la resolución de asegurar a sus gobiernos que no sería difícil obtener la incorporación de aquellas provincias a esta República [...]. Es sobre este punto que creo conveniente decir a Ud. las razones que tienen en vista indudablemente para creer que el gobierno de Chile no rechazaría la solicitud de las provincias de Mendoza y San Juan de que se las admitiese en la asociación política [...]. La población de aquella provincia simpatiza con la de Chile, más bien que con la de ninguna de las provincias de Córdoba, Buenos Aires, Salta etc., porque un gran número de sus habitantes son



chilenos de nacimiento [...]. He hablado con el señor Garrido sobre este mismo asunto y he tenido la complacencia de no encontrarlo desconforme. Ojalá Ud. mire este asunto bajo el mismo aspecto”<sup>17</sup> (CALLE, 1937, p. 688-691).

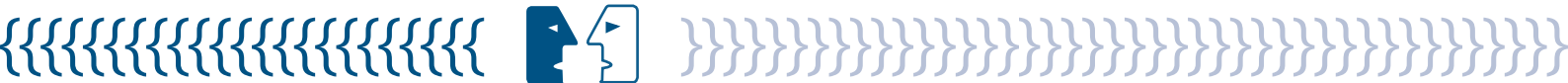
A suposição de que Portales soubesse da morte de Quiroga, um mês antes, revelava o interesse que o ministro teria nos assuntos argentinos, bem como do lugar desse caudilho para os negócios chilenos; ao mesmo tempo, dava a medida da centralidade que sua figura ocupava no jogo político interno das províncias, posto que sua morte poderia significar um enfraquecimento do poder federalista na região e a ascensão de outras forças; de todo modo, apontava para a expectativa de um ganho político para os unitários no Chile consequente de um desequilíbrio local.

Sobre esse ponto, o periódico mendocino, *El Iris Argentino*, do qual o mesmo “Jose L. Calle” foi redator, publicou em seu segundo número algumas reflexões que remetiam à difícil questão da autoridade e unidade argentinas em torno d’ “o projeto de lei apresentado por uma comissão à junta de Representantes da província de Córdoba, dado à luz pelo *Consejero Argentino*, no qual declarava não reconhecer decreto algum do Congresso Geral enquanto não se desse uma Constituição” (ZINNY, 1870, p. 530). A passagem é interessante porque vincula o nome de Calle à imprensa de Mendoza reverberando movimentos de repulsa ao governo de Buenos Aires por uma “comissão” de Córdoba, reforçando a percepção do momento, de que a unidade estatal não estava garantida, e que os interesses regionais demonstravam alguma força e articulação, do ponto de vista militar, comercial e diplomático. Desse modo, encarar a possibilidade de separação, de independência ou de anexação de uma região não era estranha ao contemporâneo ou ao analista.

Esses relatos remetem a um aspecto geral, o tema da nação e da unidade territorial, e a outro particular, referente ao pertencimento e imbricação das províncias cuyanas com o Chile. Sobre o primeiro aspecto, vale a pena recordar os estudos de José Chiaramonte (2009) e Fabio Wasserman (2009) que ressaltam o caráter histórico, processual, da formação do território e que, dadas as condições de construção dos estados das ex-colônias espanholas, a unidade territorial não estava garantida, como comprovam as fronteiras de Bolívia, Peru, Paraguai, Argentina ao longo do século XIX.

Do ponto de vista particular, os elementos de aproximação históricos com o Chile contribuía para o reforço da retórica separatista, que apresentava um





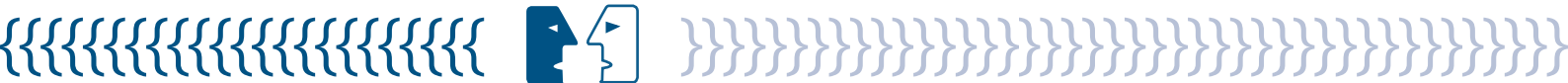
fundo econômico bastante sólido. No mesmo ano de 1835, formalizava-se um acordo tripartite entre San Juan, Mendoza e Chile, por meio de seu ministro das relações exteriores, Joaquín Tocornal, ratificado em outubro, que reduzia a taxa de importação de diversos produtos daquela região, entre fabricados, agrícolas e animais, em troca da reciprocidade em determinados produtos provenientes do Chile<sup>18</sup> (EL TRATADO, [2000?]). Em junho, uma correspondência entre o secretário de governo de Mendoza e o governador de San Luis apresenta a tentativa de costura dos acordos entre as províncias e destas com o Chile, o que salientava a concomitância do processo e a sobreposição de interesses. Ou seja, buscava-se ao mesmo tempo uma saída para o comércio regional com autonomia das províncias, sem a intervenção de Buenos Aires, e apostava-se na aproximação diplomática com o Chile.

Às considerações econômicas expostas na carta acima, a favor da união das três províncias, somavam-se considerações políticas. O remetente informava que o governador de Mendoza entraria em acordo com o de San Luis, tão logo este propusesse de ofício ou por enviado autorizado, e que “en este estado, creo que es Ud. el que debe emprender y poner en salvo esta nave, procurando que el de San Juan, mirando bien sus intereses [...] procure lo mismo”<sup>19</sup>. O historiador Ricardo Caillet-Bois informava que havia sido por iniciativa do governador de San Luis, Jose Gregorio Calderón, que se encontrava nesta mesma época uma comissão de representantes cuyanos, “os quais, baseando-se em razões econômicas, solicitavam a anexação de dita região ao Chile” (CAILLET-BOIS, 1932, p. 96).

O projeto, como se sabe, não se concretizou. No entanto, basta verificar com essa digressão que a história da migração argentina no Chile foi marcada por um traço bastante forte da autonomia regional e com uma dinâmica própria, política e econômica, ligada às províncias de Cuyo, em franca oposição a Buenos Aires. Ainda, desde os primeiros momentos, a experiência desses exilados e emigrados esteve envolvida com a criação de associações internas, que buscavam estabelecer relações diplomáticas com as autoridades chilenas, conformando grupos de exilados em uma prática dialógica – mesmo porque se tratava fundamentalmente de comerciantes e proprietários que tinham interesse, sobretudo, em estabelecer um ambiente propício para negócios no novo país.

Assim, quando a Comissão de Exilados no Chile é criada, em 1841, uma de suas principais preocupações é com o controle da região de Cuyo, dada sua localização estratégica militar e comercialmente com o Chile, a Bolívia e o Peru, e a importância para os exilados naquele país, como se observa na seguinte





correspondência entre a comissão e o governador da província de La Rioja, o federalista general Brizuela, apelando por apoio: “V.E. conoce la importancia que tiene en la presente guerra la ocupación militar de Cuyo, ya por los recursos de esta provincia, ya por los que puede recibir de Chile [...]. La ocupación de Cuyo daría a entender a todos que la ruina de Rosas estaba ya asegurada”<sup>20</sup> (CALLE, 1841).

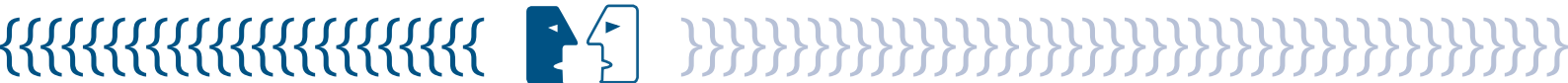
### **Comissão Chilena e seu envolvimento com a sociedade local**

A ação da comissão compreendia essa dimensão política e diplomática, na tentativa de costurar alianças com forças dentro e fora do território da Confederação. Como já mencionado, a criação dessa comissão ligava-se, sobretudo, aos esforços do general La Madrid de invadir Cuyo. O militar afirmava haver recebido uma comunicação do Chile “en que avisaban que era probable que aquel gobierno declarase guerra a Rosas, según los acalorados discursos en as cámaras, del señor Palazuelos y otros diputados” (apud BLUMENTHAL, 2013, p. 238), o que, fosse por uma vã esperança, fosse pelo exagero das comunicações que chegavam do Chile, nunca ocorreu.

A correspondência analisada revela não apenas o importante contato entre a associação de exilados com lideranças opositoras no território argentino, das associações de exilados entre si, mas também das comissões e dos exilados com os poderes instituídos em seus locais de acolhimento. Isso denota uma sensibilidade política dos exilados de se integrarem ao mundo político interno como forma de fortalecer sua voz no espaço público e angariar possíveis aliados para seus fins.

O caso da formação da Comissão de Santiago é, neste sentido, bastante evidente uma vez que o envolvimento de seus membros com a sociedade local, como Sarmiento, foi de fundamental importância, tanto para a conformação de um espaço privado dos argentinos exilados em que pudessem realizar suas atividades, quanto para a produção de um espaço público, com a criação de jornais e publicações voltadas para os argentinos, e também para a sociedade chilena.

Os emigrados no Chile na década de 1840 tiveram de lidar com uma forte oposição na imprensa e no parlamento, pois eram acusados de provocar distúrbios internos, de estimular a opinião pública e o governo a entrarem em guerra contra o país vizinho. “La disposición personal del señor Bulnes”, no entanto (e diferente do que ocorria em Buenos Aires), não era suficiente, pois, no contexto chileno, toda ação do presidente passava pelo congresso e pela pressão da



opinião pública. Era necessário competir com a opinião local, pois, a realidade vivida na Argentina “no ha llegado todavía a los oídos de los gobiernos y de los pueblos de las demás naciones americanas”, escrevia Sarmiento no artigo, “El Emigrado”, onde comparava a situação dos exilados argentinos com a dos poloneses, que na luta por sua independência vagavam pela Europa expulsos de sua terra, “así vagamos nosotros sin patria [...], por la vasta extensión de la America que circunda nuestra patria desdichada; los ojos fijos en ella por sorprenderle un momento de vida, para ayudarla a levantarse”<sup>21</sup> (SARMIENTO, 1898/1929d, p.20). Este artigo, de março de 1841, ou seja, no mesmo momento de fundação da Comissão, marcava a profunda conexão entre os comissionados e o reconhecimento da importância da ocupação do espaço público chileno<sup>22</sup>. Mais adiante, o autor revelaria as dificuldades enfrentadas pelos exilados nas sociedades em que chegavam:

[...] por todas partes [os exilados] refieren sus insoportables desgracias, y por todas partes arrostran semblantes fríos que no demuestran piedad, oídos que oyen porque no pueden evitarlo [...] llegando la frialdad al extremo de poner en duda los hechos mismos que en toda su deformidad el déspota ostenta con impavidez a la faz y en presencia de todos los pueblos<sup>23</sup> (SARMIENTO, 1898/1929d, p. 21)

Entre outubro e novembro de 1841, Sarmiento publicaria uma série de artigos no *Mercurio* - principal jornal chileno em que escrevia regularmente - onde narrava a derrota das tropas do general La Madrid em Mendoza, a travessia da cordilheira e sua chegada no Chile. Para além de toda dramaticidade literária das desventuras das batalhas e o cruze dos Andes, os artigos repercutiam a reação do povo e de autoridades chilenas à chegada dos emigrados. Tão logo soube-se da notícia da travessia das tropas,

[...] el gobernador de Los Andes, los vecinos, los argentinos emigrados y el gobierno han rivalizado en sus conatos y esfuerzos para salvar del hambre y de los hielos [...]. En Santiago se corrían numerosas suscripciones para socorrerlos, y la compañía dramática se preparaba para dar tres funciones en beneficio de los infelices [...]. Santiago, San Felipe y Los Andes han hecho brillar esta vez los sentimientos de filantropía y humanidad que honran el carácter chileno<sup>24</sup> (SARMIENTO, 1898/1929b, p. 8-9)

Sarmiento, como porta-voz da Comissão Argentina de Emigrados, descreve e explora aspectos contraditórios que mobilizavam a sociedade chilena na re-



cepção dos emigrados, entre a indiferença e a solidariedade, com a intenção de provocar a comoção do público leitor chileno e assim, sustentar a ação decidida do governo em favor dos emigrados e, em consequência, contra o governo de Juan Manuel de Rosas.

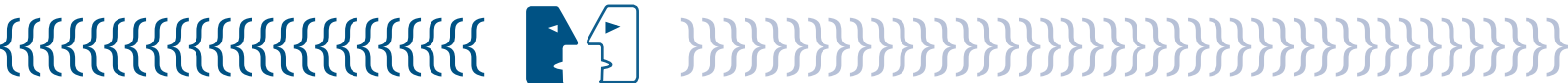
Contudo, a situação conflituosa em que viviam os exilados fez com que em meados de outubro fosse publicado um folheto chamado “Emigración Argentina”, onde se descrevia uma lista com a quantidade e funções ocupadas pelos argentinos chegados ao Chile, reforçando a incorporação e relevância dos argentinos em solo chileno, assim, se defender da “malignidad con que algunos *malintencionados* han procurado acreditar la invención de ser un pequenísimo número de soldados los que habían pasado por la Cordillera”<sup>25</sup> (EMIGRACION..., 1841).

Assim, os artigos de Sarmiento nesses primeiros meses de chegada ao Chile devem ser lidos desde uma perspectiva das preocupações da Comissão de Emigrados, como parte integrante de seus esforços de concentrar forças a favor da resistência ao governo de Rosas. Sem essa referência, os artigos de Sarmiento apareceriam como um esforço ou um propósito individual - afinal, em 1841, Sarmiento não possuía reconhecimento entre o público chileno, e mesmo entre os argentinos. Sua atuação na Comissão, seu contato com figuras eminentes como Las Heras, José Calle, Domingo de Oro, e seu talento como escritor e articulador político proporcionaram um espaço para desenvolvimento de sua atividade na imprensa e junto ao governo chileno.

### **Comissões de Exilados na América do Sul e a Comissão Chilena**

Em agosto de 1841, o periódico *La Gaceta Mercantil* de Buenos Aires, órgão de propaganda do governo, publicava uma série de documentos e cartas da chamada Comissão Argentina de Santiago apreendidos pela polícia rosista. A publicação tinha como objetivo expor ao público, não apenas bonaerense, mas da maior parte das províncias e principais cidades da América do Sul por onde o periódico circulava (com o financiamento oficial), os planos dos unitários exilados de iniciar uma guerra contra a nação, o que reforçava a ofensiva repressiva empreendida pelo governo de Rosas com grande ênfase entre os anos de 1838 e 1842. A publicação destas correspondências dá a chance de investigar um ângulo da ação dos exilados no exterior, suas relações internas e com grupos no território argentino.

Segundo está publicado no jornal, em maio de 1841, a “Comisión que repre-

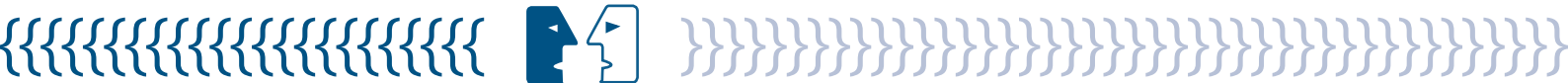


senta a los emigrados argentinos residentes en este país” escrevia desde Santiago ao governador de La Rioja, General Brizuela, com o objetivo de promover uma aliança militar com outras províncias do norte e oeste que pudesse livrar a região do controle dos aliados de Rosas, nos seguintes termos:

En Chile, Señor General, así como en Bolivia y el Perú todos los hombres que tienen ideas liberales o alguna nobleza de sentimientos desean ardientemente que se desplome el poder del tirano Rosas. [...] Esperan que V. E. a la cabeza de la coalición del Norte, y secundando los esfuerzos del General Lavalle, Ferré y Paz, tendrá la gloria envidiable de contribuir al triunfo de la civilización en estos pueblos [...]. [Aos partidários de Rosas] ya se les han dado en la Banda Oriental el nombre de *Rosines* [...] porque sirve a la ambición personal del tirano [...]. Conviene dar un nombre nuevo a los que trabajan contra el tirano, y este nombre podría ser el de *Unionistas Republicanos* u otro cualquiera que significase una tendencia liberal, y la unión de los buenos argentinos para destituir la tiranía<sup>26</sup> (CALLE, 1841).

Os autores da carta, autointitulados liberais e portadores da civilização, buscavam costurar desde o exílio redes de resistência a Rosas com as forças políticas dentro do território da Confederação. A preocupação imediata da Comissão de emigrados é constituir-se como base de apoio e de comunicação para as movimentações políticas e militares no interior da Confederação no combate à, assim dita, tirania. Segundo o texto, é possível vislumbrar uma integração dos territórios sul-americanos em relação à história argentina, pela circulação de pessoas, cartas, publicações, tropas e mercadorias. A menção ao Chile, onde se encontrava, Uruguai, Bolívia e Peru revela a importante presença de argentinos exilados naqueles países e, de alguma maneira, a expectativa de que exilados argentinos junto à sociedade e aos governos locais trabalhassem pelo fim do regime rosista. Essa expectativa era fundada tanto na experiência que os exilados no Chile viviam desde o início dos anos 1830, quanto nas organizações que surgiam entre os exilados naqueles países.

Uma decisão fundamental seguida pela comissão no Chile foi o contato com a comissão que se havia estabelecido em Montevideu, como se observa na correspondência mantida entre as duas entidades: “hemos creído que uno de nuestros primeros deberes era el de dirigirnos a la comisión que representa los argentinos en el Estado Oriental del Uruguay, invitándola a ligar sus esfuerzos y a ponerse en una comunicación directa”<sup>27</sup> (RODRIGUEZ, 1922, p. 249). Assim como nas cartas enviadas ao governador de La Rioja, assinavam Las Heras, Go-



doy, Calle, Sarmiento, Zapata e Oro.

Essa Comissão de Santiago era inspirada na que havia sido criada em Montevideu, em 1839, em torno de Juan Lavalle, governador da província de Entre-Ríos, durante a guerra civil contra os exércitos de Rosas. Com a intenção igualmente de dar suporte às tropas antirrosistas, bem como organizar um governo alternativo da Confederação fora do território argentino, a Comissão de Montevideu buscou estabelecer alianças com as tropas francesas, enquanto estas mantinham o bloqueio a Buenos Aires, e com as forças militares uruguaias, profundamente envolvidas com o processo político da Confederação Argentina (cf. ZUBIZARRETA, 2012; BLUMENTHAL, 2013)<sup>28</sup>.

Em comunicação com a Comissão santiaguina, Florencio Varela, unitário exilado em Montevideu desde 35, explica que

[...] la investidura de esta comisión deriva únicamente del nombramiento que de sus miembros hizo el señor general Lavalle, cuando abrió la campaña, desde Martín García en 1839. El objetivo principal de su creación era el de entenderse con los señores agentes de la Francia, para obtener la cooperación y recursos necesarios, y el de proveer al ejército de armas, municiones y demás artículos<sup>29</sup> (RODRIGUEZ, 1922, p. 253).

A comissão uruguaia foi sendo formada a partir das levas de fugas e desterrados de unitários a partir de 1829, de federalistas cismáticos a partir de 1833 em diante e, por fim, com a chegada dos exilados liberais da Geração de 1837<sup>30</sup>, a partir de 1838/39, reunindo, assim, uma variedade política e ideológica com diferentes experiências políticas em relação ao governo da Confederação.

Com efeito, por intermédio da comissão, o cônsul francês firmou um acordo com “as províncias e os povos argentinos armados contra seu tirano” (BLUMENTHAL, 2013, p. 207)<sup>31</sup>, o que reforçava o lugar de representante da nação ocupado pelos exilados unitários – ao passo que também alimentava o discurso entre os publicitários rosistas da necessidade de defesa da nação contra os traidores unitários. Além disso, Fructuoso Rivera, líder militar uruguaio ligado aos exilados, retirara seu apoio a Lavalle, e defendia que a própria Comissão passasse a organizar uma força armada com pretensões de tomar Buenos Aires. Evidenciava-se o caráter interventor, militar e diplomático, que a Comissão de Montevideu exercia em relação ao governo da Confederação, como consequência mesmo da profunda intimidade, senão da unidade, da história das sociedades dos dois lados do rio da Prata.





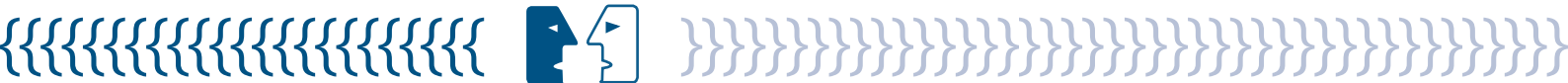
Neste mesmo sentido, nota-se a existência de uma comissão de mesmo teor em Potosí, na Bolívia, formada em 1841 com a chegada das tropas do general Lavalle após a derrota para os exércitos de Buenos Aires. A comissão boliviana pôde estabelecer laços com a diplomacia francesa naquele país, inicialmente com o propósito de organizar os ritos funerais de Lavalle, transformando o evento numa grande mobilização dos emigrados que acabou por reunir argentinos que viviam dispersos na Bolívia solidários à campanha de Lavalle, e conferindo um teor político definido da comissão em relação ao governo da Confederação.

Uma das ações dessa comissão foi enviar formalmente uma comunicação ao presidente recém-empossado José Balliván, no início de 1842, com quem buscava “abrir con dicha Presidencia por cuantos medios le fuesen posibles, relaciones que ayuden al bien estar de los emigrados y favorecer las miras de la causa de la libertad contra la tiranía de Rosas” (BLUMENTHAL, 2013, p. 226). Segundo Blumenthal, Balliván criou um ambiente favorável aos emigrados, “muitos deles trabalharam a seu serviço, na administração pública, no exército e como jornalistas mais ou menos oficiais” (BLUMENTHAL, 2013, p. 226). Potosí e as cidades de La Paz, Chuquiasca e Tapiza, onde se organizaram associações de argentinos, mantiveram intensa comunicação com outros centros de emigrados, estabelecendo redes estáveis de circulação de correspondências, livros, jornais e pessoas.

A correspondência a seguir, enviada pela Comissão de Santiago, ilustra bem essa multiplicidade de dimensões em que as comissões atuavam de forma consciente ou como consequência do contexto local. Em julho de 1842, informava o comunicado, já havia alguns meses o conhecimento,

[...] de un modo cierto que el señor general Balliván, presidente de aquella República, había asegurado en reserva a algunos de nuestros compatriotas allí residentes, que tan luego como un tratado de paz cortase sus diferencias con el Perú convertiría toda su atención hacia el gobierno de Rosas [...]. El último vapor llegado en estos días a Valparaíso [...] ha traído a manos de nuestro amigo don Wenceslau Paunero, comunicaciones oficiales del señor Balliván para este Gobierno invitando a celebrar un convenio o alianza para declarar y hacer la guerra al gobierno de Buenos Aires [...]. La disposición personal del señor Bulnes, y del señor Aldunate, ministro de la guerra, nos son favorables; pero ellas tendrán que luchar sin duda con la excesiva *circunspección* de los otros ministros y la oposición<sup>32</sup> (RODRIGUEZ, 1922, p. 256-258).





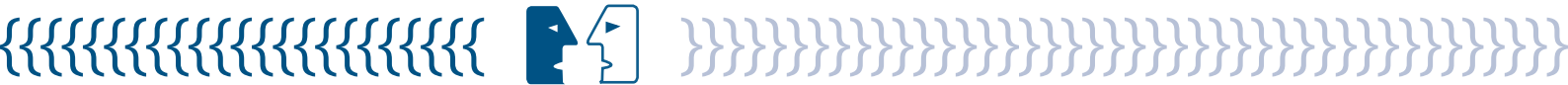
A passagem é significativa, porque apresenta a expectativa dos exilados em uma perspectiva ampla, tanto em relação aos espaços físicos, quanto às entidades e instituições envolvidas. Presidência e Ministério de Bolívia, Peru e Chile eram evocados em função dos desígnios da mudança política na Argentina, o que demonstrava o grau de aproximação dos emigrados aos espaços de poder em cada um desses países, ao mesmo tempo sugere que essa aproximação teria justamente essa finalidade.

Retomando os documentos publicados pela *Gaceta Mercantil* sobre a comissão de exilados no Chile, noto que a exposição dos inimigos e ameaças ao regime era uma prática comum e constituía um dos tópicos centrais do discurso rosista. Essa retórica apontava para a figura do conspirador, dos conluícos armados pelos unitários em aliança com forças estrangeiras, ao mesmo tempo em que apresentava os unitários como loucos, estranhos à nação, ligados mais aos costumes e ideologias estrangeiros que ao povo argentino, inclinados à anarquia e à rebelião (MYERS, 2011, p. 52-55)<sup>33</sup>. Na mensagem abaixo, apresentada pelo periódico como mentirosa, os unitários se valeriam de falsa tolerância e indulgência para atrair adeptos em solo argentino:

Mientras él proclama oficial y particularmente que *el que no está de todo con él está del todo contra él*, y hace asesinar y envenenar los que no se deciden, nosotros consideramos como enemigos y tratamos como a tales solamente a él y a los que por él toman en armas: y aun así respetando sus propiedades y vidas [...]. La Comisión argentina cree que para remediar tan grave mal los ilustres jefes de la causa de la libertad deben emplear cuanto antes rigurosas represalias [...] Dígnese V.E. considerar estas observaciones y promover con los ilustres jefes que encabezan la causa de la patria que se adopte una resolución sobre la cuestión que envuelven, sirviéndose, si lo tiene a bien, comunicarnos lo que se adopte para nuestro gobierno<sup>34</sup> (COMISIÓN ARGENTINA, 1841).

Para nosso objetivo, de acordo com o documento acima, ficava explícita a tentativa de articulação dos unitários exilados com forças locais internas para deposição do governo. Especificamente, o plano da comissão de exilados envolveria o respeito à propriedade e à vida dos indivíduos que não se manifestassem positivamente a favor de Rosas, de modo a buscar adesão de um maior número no território argentino.

Em outra correspondência, na qual se anunciava a criação da Comissão, os



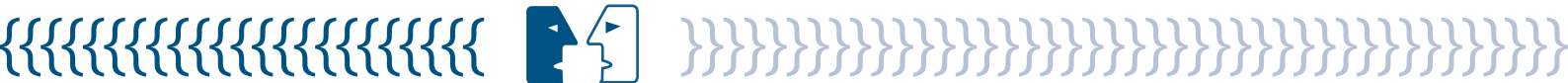
signatários informavam ao governador Brizuela, de La Rioja, que “nuestro primer cuidado ha sido invitar a todos los compatriotas nuestros que existen en la República a unirse a nuestra asociación, y ponernos en comunicación con los ilustres jefes que defienden la causa de la libertad”<sup>35</sup> (COMISIÓN ARGENTINA, 1841). Destaca-se aqui a preocupação da comissão em unir os emigrados, em servir de centro catalisador das ações dos argentinos no Chile como primeira tarefa da comissão, o que sugeriria uma abertura a exilados federalistas que foram forçados a migrar, ou daqueles não associados diretamente com a política partidária – como comerciantes ou trabalhadores na região das minas. Esse é um traço decisivo da organização da *Comisión*, pois, aí vê-se a projeção dos princípios liberais da tolerância e da representação, que eram clamados para o território argentino.

Nesse primeiro momento, os membros da comissão consideravam-se como representando todos os emigrados. As dissensões internas, no exílio, ficaram subsumidas à necessidade premente de mudança do regime político argentino, como ficava exposto na carta que a comissão envia a sua homóloga de Montevideú:

Señores: Los argentinos residentes en esta república se han reunido para tomar en consideración lo que reclama de ellos la presente condición política de su país natal; y al efecto han acordado nombrar una comisión encargada de representarlos. Los que suscriben han sido honrados por todos sus compatriotas y elegidos para componerla, dirigiendo los esfuerzos comunes hacia el bien de nuestro país<sup>36</sup> (RODRIGUEZ, 1922, p. 248).

A existência da comissão revelava alguma confiança dos argentinos que estavam no Chile de que sua atuação teria um impacto no andamento dos fatos do outro lado dos Andes. A correspondência com lideranças opositoras a Rosas indica esse caminho de intervenção.

A comissão chilena simbolizou, portanto, uma dupla mudança em relação à perspectiva da comissão de Montevideú para a história argentina nesse momento, “da luta armada ao jornalismo e à cooperação com as autoridades no exílio – mas também da mudança geográfica, quando o Chile tornou-se o centro de ação dos exilados” (BLUMENTHAL, 2013, p. 247). Como já dito, o espaço político chileno de instituições estáveis, constituição, eleições regulares servia de esteio para criação de horizontes possíveis políticos para a Confederação<sup>37</sup>. Ao criar uma rede de comunicação entre centros de exilados na luta contra Ro-



sas, as comissões acabaram por produzir uma esfera comum de práticas e discursos que se constituiu como um espaço para os exilados e transbordou para o espaço público circundante. As comissões tiveram uma importância adicional, ao organizarem-se em instituições de caráter representativo, fundadas na ideia da abertura, da participação, do voto numa tentativa de expressar os princípios liberais que defendiam para a organização do país.

## Referências

AL PÚBLICO, y no al Sr. Sarmiento. Santiago: Imprenta Liberal, 31 agosto 1843. Folleto.

AMANTE, Adriana. *Políticas y poéticas del destierro: argentinos en Brasil en la época de Rosas*. Buenos Aires: FCE, 2010.

BARROS ARANA, Diego. Un decenio de historia de Chile. In: BARROS ARANA, Diego. *Obras completas de Diego Barros Arana*. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913. v. 14, t. 1.

BLUMENTHAL, Edward. *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle*. 2013. Tese (Doutorado em História e Civilizações) - Université de Paris, Paris, 2013.

CAILLET-BOIS, Ricardo. La vinculación económica entre las provincias de Cuyo en 1835. *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, Buenos Aires, t. 14, n. 51/52, 1932.

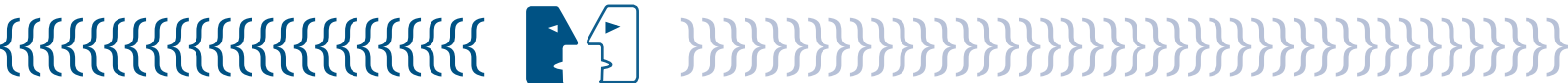
CALLE, José Luís. Carta del escritor argentino don José Luis Calle a don Diego Portales sobre la incorporación de la provincia de Cuyo a Chile. Valparaíso, 11 marzo 1835. In: VICUÑA MACKENNA, Benjamín. *Obras completas*. Santiago: Universidad de Chile, 1937. t. 6, p. 688-691.

CALLE, Jose Luis. *Memoria sobre los acontecimientos más notables en la Provincia de Mendoza en 1829 y 1830*. Mendoza: Imprenta Lancasteriana, 1830.

CALLE, José Luís. Señor General Tomas Brizuela. Santiago, 20 mayo 1841. In: CALLE, José Luís. *La Gaceta Mercantil*, Buenos Aires, 27 ago. 1841.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Ciudades, provincias, estados: origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

COMISIÓN ARGENTINA. *Al Gobernador de la Provincia de La Rioja, General en Jefe*



*del ejército de las Provincias Confederadas, Brigadier don Tomas Brizuela. Santiago de Chile, 21 mar. 1841*

EL TRATADO entre los gobiernos provinciales de Mendoza y San Juan con Chile. *In: INSTITUTO IBEROAMÉRICA Y EL MUNDO. Portal Iberoamérica y el Mundo. [S. l.], [2000?].* Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-006.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

EMIGRACIÓN Argentina. Santiago, 15 oct. 1841.

GELMAN, Jorge. *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la Rebelión de los estancieros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

JOCELYN-HOLT, Alfredo. ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena. *In: GONZALES, Francisco Colom (ed.). Relatos de la nación: la construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005. p. 417-438.

LACOSTE, Pablo. Viticultura y política internacional: el intento de reincorporar a Mendoza y San Juan a Chile (1820-1835). *Historia*, Santiago, v. 39, n. 1, jun. 2006.

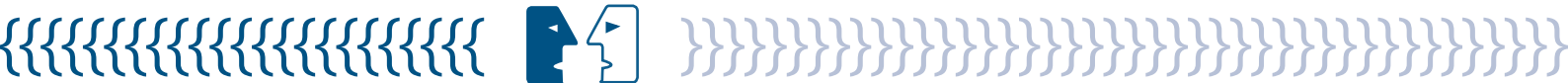
MEGLIOLI, Mauricio. La polémica de la monja Zañartu y Mi Defensa. *In: MEGLIOLI, Mauricio. Biblioteca Sarmiento. [S. l.], 2009.* Disponível em: <https://bibliotecasarmiento.wordpress.com/2009/05/21/090501/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. *In: GOLDMAN, Noemí (dir.). Nueva historia argentina: revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998. t. 3, p. 381-445.

MYERS, Jorge. *Orden y virtud: el discurso republicano en el regimen rosista*. Quilmes: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2011.

PALTI, E. J. **La política del disenso**. La polémica en torno al monarquismo (Mexico 1848-1850). Mexico d.f.: FCE, 1998.

RODRIGUEZ, Gregorio F. (comp.). *Contribución histórica y documental*. Buenos Aires: Jacobo Pleuser, 1922. t. 3.



ROJAS, Ricardo. *Historia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Kraft, 1957.

SAID, E. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SAN FRANCISCO, Alejandro. La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad: la autoimagen de Chile en el Siglo XIX. In: CID, Gabriel; SAN FRANCISCO, Alejandro. *Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX*. Santiago: Centro de Estudios del Bicentenario, 2009. p. 55-84.

SARMIENTO, Domingo Faustino. A los argentinos residentes en Chile. *El Heraldo Argentino*, Santiago, 23 dic. 1842. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929a. t. 6, p. 87.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Derrota del General La Madrid en la Vuelta de Ciénaga. *El Mercurio*, Valparaíso, 9 oct. 1841. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929b. t. 1, p. 8-9.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Despedida del Heraldo Argentino. *El Progreso*, Santiago, 11 enero 1843. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929c. t. 6, p. 94-95.

SARMIENTO, Domingo Faustino. El Emigrado. *El Mercurio*, Valparaíso, 17 marzo 1841. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929d. t. 1, p. 20.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Mendoza. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929e. t. 49, p. 42.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1909f. 53 v.

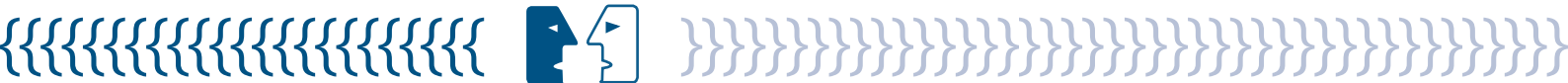
SCHNEUER, María José. Visión del 'caos' Americano y del 'orden' chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, Ángel (ed.). *Entre tintas y plumas: historia de la prensa chilena en el siglo XIX*. Santiago: Universidad de los Andes, 2004.

SERRANO, Sol. Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). In: EDWARDS, Esther (org.). *Nueva mirada a la historia*. Santiago: Ver, 1996. p. 111-126.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Louis. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge U.P., 2009.

TERNAVASIO, Marcela. Entre la deliberación y la autorización: el régimen rosista





frente al dilema de la inestabilidad política. *In*: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Prometeo, 2005. p. 159-188.

TERNAVASIO, Marcela. Limitar el poder: un dilema republicano: reflexiones sobre el caso rio-platense durante la primera mitad del siglo XIX. *In*: PALTI, Elías J. (coord.). *Mito y realidad de la cultura política latinoamericana*. Buenos Aires: Prometeo, 2011. p. 237-260.

WASSERMAN, F. La *generación de 1837* y el proceso de construcción de la identidad nacional argentina. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y americana Dr. Emilio Ravignani**. Buenos Aires, UBA, n. 15, tercera serie, 1997. p. 7-34.

WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y polis*. Buenos Aires: Teseo, 2009.

ZINNY, Antonio. Efemeridografía argireparquiótica, o sea, de las provincias argentinas. *Revista de Buenos Aires*, Buenos Aires, v. 8, t. 23, n. 89/92, 1870.

ZUBIZARRETA, Ignacio. *Los unitarios: faccionalismos, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica, 1820-1852*. Stuttgart: Hans-Dieter Heinz Verlag, 2012.

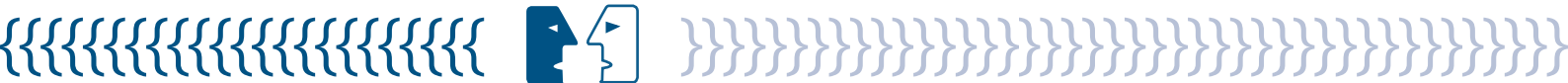
### Notas

<sup>1</sup>Professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (2015), na área de História da América, com a tese “Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841 - 1852”. Realizou estágio na Universidad de La Plata, Argentina. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2001) e mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004), na área de teoria e historiografia.

<sup>2</sup>Os “unitários” representavam a ala considerada liberal (cosmopolita, civilizada, literária), enquanto os “federalistas” os setores conservadores (interioranos, tradicionalistas, rústicos). Rosas encontrava-se como líder dos federalistas. Essa adjetivação – liberal, conservador - é resultado de uma história escrita por setores liberais unitários e que consagrou esta divisão na historiografia argentina, como Sarmiento, Mitre e Alberdi. Os estudos contemporâneos sobre o tema, entretanto, demonstram as muitas nuances desses partidos, seus recortes sociais, econômicos, culturais e o trânsito entre eles. Nesse caso, trata-se da aliança entre unitários e forças liberais no Uruguai contra os exércitos de Rosas. Cf. Zubizarreta (2012), Ternavasio (2005, 2011) e Myers (2011).

<sup>3</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. A los argentinos residentes en Chile. *El Heraldo Argentino*, Santiago, 23 dic. 1842. *In*: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929a. t. 6, p. 87. Os artigos de jornal serão indicados de forma completa nas notas de pé de página pois constituem aspecto relevante para





compreensão do texto.

<sup>4</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. Despedida del Heraldo Argentino. *El Progreso*, Santiago, 11 enero 1843. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929c. t. 6, p. 94-95.

<sup>5</sup>Pedro Godoy, que também esteve ao lado de Jotabeche, periodista e liberal histórico em *Guerra a la tiranía* e no *Semanario de Santiago*, era um militar ligado aos liberais (partido pipiolo), que lutou contra os pelucones (conservadores) nos anos 1830. Godoy manterá um embate direto com Sarmiento até 1845, quando sai do Chile. *El Desmascarado* foi uma publicação com o fim de desmoralizar o argentino.

<sup>6</sup>AL PÚBLICO, y no al Sr. Sarmiento. Santiago: Imprenta Liberal, 31 agosto 1843. Folleto.

<sup>7</sup>“¡Mueran salvajes unitários!” era a insígnia que os soldados e partidários carregavam nos uniformes e saudavam uns aos outros. O regime de unanimidade supunha a inexistência de resistências ou divergências no interior do espaço político institucional. Desse modo, perseguia-se e cassavam-se mandatos de parlamentares e governantes que se rebelavam ao expor críticas ao governante, como traidores e conspiradores contra a pátria. Nesse contexto, a prática do exílio apresentava-se como uma opção política e existencial para a oposição, para fazer a resistência desde o exterior e para sobrevivência mesmo. Aqui se abre uma longa discussão historiográfica acerca das instituições republicanas do governo rosista envolvendo o caráter fictício e puramente nominal das instituições em face da sua existência e dos ritos e procedimentos que continuavam ocorrendo. Por um lado, a historiografia mais recente passou a rever os conceitos em torno do fenômeno do caudilhismo e do partido federal, marcando as nuances, as tensões internas e o processo histórico de formação desse grupo político e desse fenômeno político e social não mais nos termos dos unitários, como um fatalismo geográfico ou um modelo pronto. Ver: Goldman e Salvatore (2005).

<sup>8</sup>“Para o exilado, os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrem inevitavelmente contra o pano de fundo da memória dessas coisas em outro ambiente. Assim, ambos os ambientes são vividos, reais, ocorrem juntos” (SAID, 2003, p. 59).

<sup>9</sup>Cf. STUVEN (2008).

<sup>10</sup>COMISIÓN ARGENTINA. Al Gobernador de la Provincia de La Rioja, General en Jefe del ejército de las Provincias Confederadas, Brigadier don Tomas Brizuela. Santiago de Chile, 21/03/1841. Assinam a carta Juan Gregorio Las Heras, Presidente; Jose Luis Calle; Martin Zapata; Domingo F. Sarmiento; Domingo de Oro, secretário; Joaquin Godoy. Essa carta havia sido interceptada pela polícia de Rosas e foi publicada no diário da cidade de Buenos Aires *La Gaceta Mercantil* em 27/08/1841, como parte de uma série de publicações em que se expunham os planos dos exilados unitários contra o governo e em que, ao mesmo tempo, o jornal buscava produzir o apoio junto ao público em favor do governo de Rosas.

<sup>11</sup>Ainda que, como se sabe, as dissensões internas entre os federalistas fossem muito fortes entre os anos 1829 e 1835, criando grupos dorreguistas, rosistas, constitucionalistas e cismáticos, gerando graves conflitos armados, como a Rebelião do Sul. Cf.: Myers (2011), Gelman (2009) e Goldman e Salvatore (2005).

<sup>12</sup>Carta de Genaro Segura a José Gregorio Calderón (CAILLET-BOIS, 1932, p. 95).



<sup>13</sup>O artigo chama a atenção para a incorporação de tecnologias, equipamentos e insumos em torno da produção vinícola, como as bodegas, recipientes, aditivos, moinhos, armazéns, uso das uvas etc., que demandavam investimento em conhecimento, mão de obra técnica e infraestrutura, resultando numa dinâmica produtiva e comercial distinta do restante das economias da região do Prata.

<sup>14</sup>O volume 49 das Obras Completas de Sarmiento, editado por Augusto Belin Sarmiento, possui o título de “Memorias”. O editor informa que a introdução ao volume compunha-se de um folheto intitulado “‘Introducción a las Memorias Militares y fojas de servicio de Domingo F. Sarmiento, General de División’ Buenos Aires, Imprenta Europea, 1884”, e que nesse volume se publicariam textos inéditos, entre eles, um sobre Mendoza. SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929e. t. 49, p. 1.

<sup>15</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. Mendoza. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929e. t. 49, p. 42.

<sup>16</sup>As referências ao nome variam entre Luis ou Lisandro. No entanto, a sobreposição das ocorrências torna inequívoca a identidade da personagem.

<sup>17</sup>CALLE, José Luís. Carta del escritor argentino don José Luis Calle a don Diego Portales sobre la incorporación de la provincia de Cuyo a Chile. Valparaíso, 11 marzo 1835. In: VICUÑA MACKENNA, Benjamín. *Obras completas*. Santiago: Universidad de Chile, 1937. t. 6, p. 688-691. passim.

<sup>18</sup>Cf. EL TRATADO entre los gobiernos provinciales de Mendoza y San Juan con Chile. In: INSTITUTO IBEROAMÉRICA Y EL MUNDO. *Portal Iberoamérica y el Mundo*. [S. l.], [2000?]. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-006.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

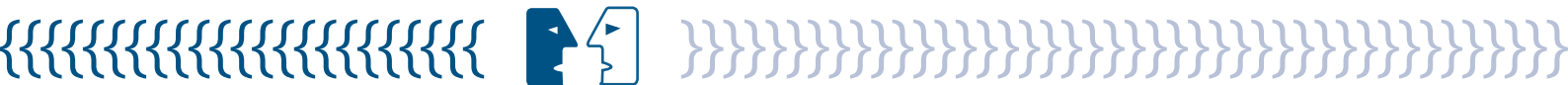
<sup>19</sup>Carta de Genaro Segura a José Gregorio Calderón (CAILLET-BOIS, 1932, p. 96).

<sup>20</sup>CALLE, José Luís. Señor General Tomas Brizuela. Santiago, 20 mayo 1841. In: CALLE, José Luís. *La Gaceta Mercantil*, Buenos Aires, 27 ago. 1841. Assinado Jose Luís Calle, diferente das outras que eram assinadas pela Comissão.

<sup>21</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. El Emigrado. *El Mercurio*, Valparaíso, 17 marzo 1841. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898/1929d. t. 1, p. 20.

<sup>22</sup>Aqui vale recordar a chegada de Sarmiento ao *Mercurio*, em 1841, provavelmente pela mão de Jose Calle, acrescentando este aspecto do interesse dos argentinos em se fazerem ouvir, em ter um meio de grande repercussão na sociedade chilena, além da já conhecida explicação, dada pelo próprio Sarmiento, de que os partidos liberal e conservador chilenos disputavam-no e por afinidade com Manuel Montt e porque Las Heras estava ao lado dos conservadores teria decidido por este partido. A presença de Sarmiento no *Mercurio* é um exemplo dos mais interessantes para se pensar uma história conectada entre Argentina e Chile, dado o grau de envolvimento adquirido por Sarmiento com esses dois mundos.

<sup>23</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. El Emigrado. *El Mercurio*, Valparaíso, 17 marzo 1841. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898-



1929d. t. 1, p. 21.

<sup>24</sup>SARMIENTO, Domingo Faustino. Derrota del General La Madrid en la Vuelta de Ciénaga. *El Mercurio*, Valparaíso, 9 oct. 1841. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898-1929b. t. 1, p. 8-9.

<sup>25</sup>EMIGRACIÓN Argentina. Santiago, 15 oct. 1841. Imprenta del Estado. Assinam “Unos Argentinos”. Esse folheto é republicado no *Mercurio* em 02/11/1841 como nota a outro folheto, “Sucesos de la Cordillera”, que recordava de antigos eventos históricos, como quando se cruzaram os Andes partindo de solo argentino à época da conquista do Chile e da independência, e que também descrevia pormenorizadamente os acontecimentos durante o fim da batalha do exército de La Madrid e a chegada ao Chile nos dias precedentes, numa clara tentativa de estabelecer umnexo entre os fatos históricos e a unidade de interesse. Embora o texto reproduzido nas obras completas não possua assinatura, um outro artigo do *Mercurio*, que lhe fazia referência, acusa que o folheto era assinado por G. N. T., um dos pseudônimos de Sarmiento. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas*. Paris: Ed. Augusto Belin, 1898-1929. t. 1, p. 11.

<sup>26</sup>CALLE, José Luís. Señor General Tomas Brizuela. Santiago, 20 mayo 1841. *La Gaceta Mercantil*, Buenos Aires, 27 agosto 1841.

<sup>27</sup>Nota y clave de la Comisión Argentina en Chile. Santiago, 4 marzo 1841 (RODRIGUEZ, 1922, p. 249).

<sup>28</sup>Noto que recentemente foi defendida uma tese de doutorado no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro por Suelle Maiara Perez de Oliveira, *Passageiros em trânsito: exílio e outras passagens na fronteira do Império do Brasil com as repúblicas do Rio da Prata (1828-1852)*, sob orientação do professor Fernando Vale Castro em que aborda a Comissão de Exilados no Uruguai como um espaço de circulação entre Brasil e Argentina.

<sup>29</sup>Respuesta de la Comisión de Montevideo. Cuadro retrospectivo y presente de la revolución contra Rosas. Montevideo, 29 abr. 184 (RODRIGUEZ, 1922, p. 253).

<sup>30</sup>Ver: Myers (1998).

<sup>31</sup>Como signatários pela Comissão, entre outros, estavam Valentín Alsina e Gregório Gómez, que figurariam também na Comissão chilena, como se verá.

<sup>32</sup>COMISIÓN ARGENTINA. Nueva Comunicación de Chile anunciando el apoyo del Presidente de Bolivia para derribar a Rosas. Santiago, 25 jul. 1842 (RODRIGUEZ, 1922, p. 256-258). Assinam este documento Gregorio Las Heras e Martin Zapata.

<sup>33</sup>Segundo Jorge Myers, tratar-se-ia de um conjunto de imagens clássicas que fazia referência à conjuração de Catilina, da figura sempre presente do conspirador, de origem nobre em geral, contra o povo.

<sup>34</sup>COMISIÓN ARGENTINA. Al Sr. gobernador de la provincia de La Rioja, General en jefe del ejército de las provincias confederadas, Brigadier Don Tomas Brizuela. Santiago, 21 marzo 1841. *La Gaceta Mercantil*, Buenos Aires, 27 agosto 1841. Assinam o documento Juan Gregorio Las Heras, Presidente; Jose Luis Calle; Martin Zapata; Domingo F. Sarmiento; Domingo de Oro, secretário; Joaquin Godoy.



<sup>35</sup>COMISIÓN ARGENTINA. Al Sr. gobernador de la provincia de La Rioja, General en jefe del ejército de las provincias confederadas, Brigadier Don Tomas Brizuela. Santiago, 21 marzo 1841. *La Gaceta Mercantil*, Buenos Aires, 27 agosto 1841. Assinam o documento Juan Gregorio Las Heras, Presidente; Jose Luis Calle; Martin Zapata; Domingo F. Sarmiento; Domingo de Oro, secretário; Joaquin Godoy.

<sup>36</sup>Nota y clave de la Comisión Argentina en Chile. Santiago, 4 marzo 1841 (RODRIGUEZ, 1922, p. 248).

<sup>37</sup>Não se presume com isso que a sociedade chilena fosse de fato a “excepción honrosa” de calma e liberdade que os seus contemporâneos autoproclamavam-se. Os conflitos políticos, guerras civis, estados de sítio, perseguições foram uma presença constante ao longo do século XIX chileno. No entanto, em face dos demais territórios sul-americanos, verifica-se a continuidade das instituições, da constituição e da permanência das eleições e da imprensa. Ver: Serrano (1996), Schneuer (2004), Jocelyn-Holt (2005) e San Francisco (2009).